



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR.		DATA: 22/04/2024
PARTICIPANTE	CARGO/SETOR	MODO DE PARTICIPAÇÃO
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	DESEMBARGADOR CORREGEDOR DA CGJPA	PRESENCIAL
LÚCIO BARRETO GUERREIRO	JUIZ AUXILIAR DA CGJPA	PRESENCIAL
HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
ANDRE FILOCREAO GARCIA DA FONSECA	JUIZ DE DIREITO – NUCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	PRESENCIAL
HERENA MAUES	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	ONLINE
LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	PRESENCIAL
GIROLAMO TRECCANI	FETAGRI	PRESENCIAL
GABRIEL NATÁRIO	ITERPA	PRESENCIAL
FLAVIO RICARDO	ITERPA	PRESENCIAL
MARCOS SOUZA	SPU	PRESENCIAL
JOSE ODILON	SPU	PRESENCIAL
DANILO GARCIA	ADVOGADO – COMISSÃO REURB ANANINDEUA	PRESENCIAL
ROSA PAES	INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PRESENCIAL
MARCOS SOLANO	FAEPA	PRESENCIAL
MOEMA BELLUZZO	ANOREG	PRESENCIAL
MYRZA TANDAYA	CRI	ONLINE
CLEOMAR MOURA	REGISTRADOR DE IMOVEIS DO 1º OFICIO DE BELEM	ONLINE
VANESSA MENEZES	REGISTRADORA DE IMOVEIS DE BREU BRANCO	ONLINE
RENATA RODRIGUES ALMEIDA	REGISTRADORA IMOVEIS DE CAPITÃO POÇO	ONLINE
PAOLA WATRIN PIMENTA MENESCAL	ANALISTA JUDICIÁRIO – CGJ	PRESENCIAL
MONIQUE SOARES LEITE	ANALISTA JUDICIÁRIO – CGJ	PRESENCIAL

ASSUNTOS DISCUTIDOS

DEVOLUTIVAS SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS NA ÚLTIMA REUNIÃO (05.03.2024)

1) ENCAMINHAR LEVANTAMENTO RECEBIDO DE TÍTULOS QUILOMBOLAS ELABORADO PELO PROFESSOR TRECCANI À ANOREG, PARA ANÁLISE E MANIFESTAÇÃO

SITUAÇÃO: Encaminhado ao CRI, conforme decisão proferida nos autos 0001256-48.2024

2) SOLICITAR CÓPIA ATUALIZADA DOS TÍTULOS EMITIDOS PELO INCRA, SPU E ITERPA E ENCAMINHAR A MULUNGU/CDH-UFPA.

SITUAÇÃO: Expedido ofício circular 37/2024-CGJ

3) ESTABELECIMENTO DE FLUXO, PELO ITERPA E ONR, PARA INCLUSÃO DA ASSINATURA DOS BENEFICIÁRIOS NOS TÍTULOS, DE MODO QUE A INFORMAÇÃO SEJA ENCAMINHADA DE FORMA COMPLETA AOS CARTÓRIOS PARA REGISTRO

SITUAÇÃO: Anoreg e Iterpa deverão se manifestar.

4) ENVIO DE INFORMAÇÃO SOBRE A ÁREA PATRIMONIAL DOS 44 MUNICÍPIOS

SITUAÇÃO: Não foi identificado o recebimento. ITERPA deverá se manifestar (verificado na secretaria e setor de protocolo)

5) VERIFICAR A INFORMAÇÃO DESCRITA NO ITEM ANTERIOR PARA IDENTIFICAR A EMISSÃO DE TÍTULOS PELOS CONSELHOS MUNICIPAIS, SAGRI/SOPV E VERIFICAR A NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

SITUAÇÃO: Pendente, ante o não recebimento da informação

6) ENVIO DA LISTAGEM DAS CARACTERIZAÇÕES REALIZADAS, AUTORIZAÇÕES DE OBRA E CDRU EMITIDAS

SITUAÇÃO: Solicitado através do ofício 151/2024-CGJ. SPU deverá se manifestar.

7) ENCAMINHAMENTO, PELO INSTITUTO VALE, DA ANÁLISE DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, PARA ENCAMINHAMENTO A ANOREG

SITUAÇÃO: Instituto Vale deverá se manifestar. Houve o envio da documentação prévia (procuração e documentos de representação, no dia 05.04.2024), mas ainda está pendente o envio do plano de trabalho final.

8) REUNIAO DE TRABALHO PARA BUSCA DE SOLUÇÃO SOBRE A DOMINIALIDADE DA ÁREA DE SAPUCAIA

9) COMPARTILHAMENTO DA ORIENTAÇÃO GERAL EMITIDA PELA CGJ AOS JUÍZES AGRÁRIOS DO ESTADO SOBRE O DESPACHO DA DIVISÃO DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA DO INCRA-MARABÁ QUE ESCLARECE A FORMA DE CERTIFICAÇÃO, NO

SIGEF, DO GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEL RURAL COM MATRÍCULA BLOQUEADA/CANCELADA BEM COMO RECOMENDA QUE AS RESPECTIVAS SUPERINTENDÊNCIAS DO INCRA NO PARÁ SEJAM CIENTIFICADAS ACERCA DAS REQUALIFICAÇÕES INDEFERIDAS. (PJEOR N. 0003493-89.2023.2.00.0814)

10)O QUE OCORRER

A REUNIÃO FOI ABERTA ÀS 9H20.

DISCUSSÕES/DEBATES:

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS OS PRESENTES. PASSOU A PALAVRA AO JUIZ CORREGEDOR LUCIO GUERREIRO

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – DANDO CONTINUIDADE AOS DEBATES DA GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, NA DATA DE HOJE TEM-SE DUAS PAUTAS, COMO JÁ HAVIA SIDO DEFINIDO, UMA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL, OUTRA DA URBANA. IDENTIFICOU A AUSÊNCIA DE VARIOS ENTES, PELO QUE ALGUNS ITENS DE DISCUSSÃO FICARÃO PREJUDICADOS. INICIARÁ PELA PAUTA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA RURAL. ITEM 1 DA PAUTA, PASSOU A PALAVRA AO PROF TRECCANI. ESSE LEVANTAMENTO FOI FEITO? ELE FOI ENCAMINHADO?

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – SIM, ELE FOI JUNTADO NO PROCESSO NO QUAL CONSTAM RESPOSTAS DOS CARTÓRIOS NESSE SENTIDO. A SUGESTÃO SERIA VERIFICAR OS PRÓXIMOS PASSOS. COMO SE PODE RECUPERAR OS CERCA DE 50 QUE AINDA NÃO FORAM REGISTRADOS E COMO PLANEJAR A ENTREGA DOS PRÓXIMOS TITULOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ESTAMOS TRABALHANDO NO PASSIVO DO LEVANTAMENTO. SOBRE OS FUTUROS, DEVERÁ HAVER CONVERSA COM O DR BRUNO, DO ITERPA, PARA QUE, EVENTUALMENTE, QUANDO FOR EMITIR ESSES TÍTULOS, JÁ VIABILIZAR JUNTO AOS CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS, O REGISTRO. PERGUNTOU A DRA MYRZA SE ELA JÁ RECEBEU ESSA LISTAGEM

MYRZA TANDAYA - CRI - FOI INTIMADA SEMANA PASSADA DESSE PROCESSO COM A LISTAGEM. ESTÁ MINUTANDO OFÍCIO PARA INFORMAR A TODOS OS CARTÓRIOS DESSA LISTAGEM, PARA ELES PROVIDENCIAREM OS REGISTROS, E VAI PETICIONAR NOS AUTOS. ACHA QUE NA MESMA DATA CONSEGUIE CUMPRIR ESSA DILIGÊNCIA.

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – (INAUDÍVEL) ESSES TÍTULOS AINDA EXISTEM OU SE PERDERAM?

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – OS DO ITERPA ESTÃO GUARDADOS NO ÓRGÃO, NO SEU ARQUIVO. OS DO INCRA FORAM REGISTRADOS;

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – PERGUNTOU SE OS TÍTULOS ANTIGOS FORAM GEORREFERENCIADOS OU NÃO

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – A GRADE QUESTÃO É O QUE SIGNIFICA ESTAR GEORREFERENCIADO. SE CONSIDERARMOS GEORREFERENCIADO NO PADRÃO SIGEF, NÃO. SE FOREM CONSIDERADAS AS NORMAS EM VIGOR NOS ANOS 1990/2000, EM VIGOR À ÉPOCA, SIM. ERA O GEO DAQUELE TEMPO. TALVEZ PODERÁ SER SUSCITADO PELOS CARTÓRIOS UMA CERTIFICAÇÃO ANTES DE AVANÇAR. MAS OS TÍTULOS EXISTEM, ESTÃO LOCALIZADOS, TALVEZ FALTE ESSA APURAÇÃO FINA SOBRE A ATUALIDADE DO GEO. COM CERTEZA, NENHUM DELES ESTÁ NO SIGEF, VISTO QUE NENHUMA DAS ÁREAS TITULADAS PELO ESTADO, NEM MESMO AS ÁREAS ARRECADADAS CONSTAM NO SIGEF.

MYRZA TANDAYA - CRI – A INTIMAÇÃO RECEBIDA DA CGJ FOI NO SENTIDO DE FAZER UM CHECKLIST DO QUE SERIA NECESSÁRIO PARA REGISTRO. FICOU EM DÚVIDA, SOBRE A ELABORAÇÃO, SE SERIA CONJUNTO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ACREDITA QUE É DA COMPETENCIA DOS CARTÓRIOS FAZER ESSA QUALIFICAÇÃO REGISTRAL. APÓS, ENCAMINHAR A CGJ PARA VER O QUE PRECISA RETIFICAR OU NÃO. O QUE NÃO FOR POSSIVEL, EM RAZÃO DE ALGUMA IMPROPRIIDADE TECNICA, A CGJ INTERVEM JUNTO AO ITERPA PARA SOLUCIONAR.

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – SÃO MUITOS ANTIGOS ESSES TITULOS?

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – O 1º É DE 1997.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – DENTRO DA NOSSA HISTÓRIA, SÃO RECENTES.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – O PRIMEIRO E O SEGUNDO FORAM TEODOLITO. OS MAIS RECENTES SÃO COM O GEO DE MAIOR PRECISÃO. NÃO QUE TEODOLITO NÃO SEJA, É QUE A NORMA EXIGIA NAQUELE MOMENTO HISTÓRICO.

LUCIO GUERREIRO – TEODOLITO?

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – ERA UM INSTRUMENTO UTILIZADO HÁ ALGUMAS DÉCADAS QUE PERMITIA FAZER O GEORREFERENCIAMENTO COM UM GRAU DE SEGURANÇA MAIOR DE QUE OS INSTRUMENTOS ANTERIORES. NÃO É DA ÁREA, NÃO SABE INFORMAR QUAL O GRAU DE PRECISÃO DE UM TEODOLITO DA DÉCADA DE 90 PARA UM GPS UTILIZADO ATUALMENTE. CONSIDERANDO QUE ALGUNS DESSES DOCUMENTOS SÃO DE 100.000HA, MAIS MIL, MENOS MIL, FAZ ALGUMA DIFERENÇA. O GRAU DE PRECISÃO PRECISARÁ SER VERIFICADO. POR ISSO TALVEZ SEJA NECESSÁRIA UMA CERTIFICAÇÃO PARA QUE FIQUE NO PADRÃO SIGEF ATUAL.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ENCAMINHAMENTO: O CRI VAI FAZER ESSE LEVANTAMENTO JUNTO AOS CARTÓRIOS, A PARTIR DE OFICIO EXPEDIDO NA DATA DESTA REUNIÃO, COMO MENCIONADO, E ASSIM QUE POSSUIR O LEVANTAMENTO DO QUE PODE OU NÃO PODE SER

REGISTRADO, TRAZ AO GRUPO COMO DEVOLUTIVA PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO

MYRZA TANDAYA – CRI - PETICIONA NO PROCESSO SE TIVER ESSA INFORMAÇÃO ANTES DA PRÓXIMA REUNIÃO.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – QUALQUER PROBLEMA, NO SITE DA CLÍNICA (DA UFPA) TEM CÓPIA DE TODOS ELES. PORTANTO, SE NECESSÁRIO FOR, PODE TRANSMITIR A CORREGEDORIA, MAS É MELHOR QUE O ITERPA O FAÇA. TEM QUE APRENDER COMO FAZ NO SISTEMA DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA, MAS É POSSÍVEL SIM, OS DOCUMENTOS ESTÃO DISPONÍVEIS.

DES. JOSÉ ROBERTO – CGJ – HAVENDO NECESSIDADE, AS SERVIDORAS DA CGJ PODEM AUXILIÁ-LO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 2 DA PAUTA. FOI EXPEDIDO OFÍCIO RECENTEMENTE (DIA 11), SEM RESPOSTA. VERIFICADA A AUSÊNCIA DOS REPRESENTANTES DO INCRA, ITERPA E SPU. ITEM PREJUDICADO. TRANSFERIDO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – ESSE ITEM DECORREU DO PEDIDO QUE A CLÍNICA E A MALUNGU FIZERAM. NÃO PRECISA DAS INFORMAÇÕES DOS TÍTULOS, MAS DO REGISTRO IMOBILIÁRIO ATUALIZADO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – O ITEM 1 E 2 SE CONFUNDEM. AINDA QUE OS ÓRGÃOS NÃO ESTEJAM PRESENTES, EXISTE O LEVANTAMENTO FEITO PELA UNIVERSIDADE. DOS TÍTULOS NOVOS QUE ESTÃO SENDO APRESENTADOS, ALGUNS JÁ TEM MATRÍCULA. ENTÃO AO FINAL DO LEVANTAMENTO FEITO, SERÁ REPASSADO AO GRUPO.
- ITEM 3.

MOEMA BELLUZZO – ANOREG - A ANOREG TEVE UMA REUNIAO COM O ITERPA NA SEMANA ANTERIOR, PARA AJUSTAR O CONVENIO, ALGUNS PONTOS. JÁ HOVE ALINHAMENTO, ESTÁ PENDENTE, APENAS, A ASSINATURA. O DOCUMENTO ESTÁ BLOQUEADO, PRECISA QUE O ITERPA DESBLOQUEIE. APÓS, SERÁ DEFINIDO O FLUXO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ENTÃO SERÁ POSSIVEL JÁ SAIR COM O NÚMERO DO REGISTRO?

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – ESSE É O OBJETIVO. QUE SE CONSIGA ENVIAR O TÍTULO DIRETO PARA O CARTÓRIO, QUE REGISTRA, RETORNA E O ÓRGÃO FAZ A ENTREGA. O FLUXO SERÁ DESENHADO, INICIALMENTE, PARA OS TITULOS GRATUITOS, QUE É MAIS FACIL. O CONVENIO SERA JUNTO COM A ONR, QUE SERÁ SUBSCRITOR.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ENTÃO ISSO PODERÁ SER REPLICADO EM TODO O PAÍS?

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – OBJETIVO É QUE O PARÁ SIRVA DE MODELO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 4. ITEM QUE EVENTUALMENTE APARECE EM NOSSAS REUNIÕES, SOBRE O ENVIO DA LEGUA PATRIMONIAL DOS 44 MUNICIPIOS. DEVE-SE AGUARDAR PRESENÇA DO ITERPA.

ITEM 5. IDEM

ITEM 6. SURTIU DE UMA DISCUSSÃO DA REUNIAO ANTERIOR. FOI SOLICITADO ATRAVES DO OFICIO 151/2024-CGJ. E DEVERIA A SPU SE MANIFESTAR HOJE, MAS TAMBEM NÃO COMPARECEU. DEVE SER REITERADO O OFICIO A SPU REF A ESSE ITEM

ITEM 7. PASSOU A PALAVRA A REPRESENTANTE DO INSTITUTO VALE.

ROSA PAES – VALE – O INSTITUTO TECNOLOGICO VALE RECEBEU O PLANO DE TRABALHO, ANALISOU JUNTO COM A CORREGEDORIA, FOI ENVIADO AO JURÍDICO DA VALE E ESPERA QUE AINDA ESSA SEMANA DEVOLVA PLANO DE TRABALHO COM O DE ACORDO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ESTÁ ENCAMINHADO, ENTAO? (INAUDIVEL)

ROSA PAES – VALE - SIM. INCLUSIVE UM ARTIGO CIENTIFICO ESTA SENDO ELABORADO JUNTO COM A PROF LULY, COM TODO O MAPEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MEDICILANDIA E PRECISA MUITO DESSA COOPERAÇÃO, TANTO NO ITERPA QUANTO DO INCRA, PARA QUE AVANCEM NO TRABALHO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – O FOCO É MEDICILANDIA?

ROSA PAES – VALE - SIM, MAS TEM DADOS DE TUCUMÃ E OURILÂNDIA DO NORTE. A INTENÇÃO É AMPLIAR PARA ESSES DOIS MUNICÍPIOS E CRIAR UM PROTOCOLO DE FACILITAÇÃO PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA ESSES IMOVEIS RURAIS, SEMPRE COMO RECORTE DA PESQUISA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – MEDICILANDIA TEM A PARTE CACAUEIRA?

ROSA PAES – VALE - SIM, EXISTE TAMBEM CACAU EM TUCUMÃ E OURILANDIA DO NORTE. MAS LÁ É MAIS COMPLEXO PORQUE EXISTE UMA ALDEIA INDIGENA KAYAPÓ EM OURILÂNDIA DO NORTE..

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ESTÁ REGISTRADO?

ROSA PAES – VALE – NÃO TEM AINDA ESSA INFORMAÇÃO, QUER FAZER UM REFINO. ALÉM DISSO, EXISTE TAMBEM A MINERAÇÃO NA MINA ONÇA PUMA, QUE É DA VALE, QUE É INTERESSE DA VALE, COMO TAMBÉM AS ÁREAS DE CACAU E PECUÁRIA DE CORTE. ENTÃO É BEM COMPLEXO O CENÁRIO DE TUCUMÃ E OURILÂNDIA DO NORTE.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – TEM QUE VER ESSA ÁREA INDÍGENA, SE ESTÁ DEMARCADA, PARA NÃO HAVER SOBREPOSIÇÃO.

ROSA PAES – VALE – SEM DÚVIDA ALGUMA, POR ISSO QUE ESTÃO FAZENDO UM REFINO BEM DETALHADO NO MUNICÍPIO DE MEDICILANDIA, PORQUE LA QUE COMEÇOU A PESQUISA E ESTÃO AVANÇANDO PARA OS TERRITÓRIOS TAMBÉM DE INTERESSE DA PRÓPRIA VALE, NO CASO, ONÇA PUMA

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ITEM 8. CONTEXTUALIZAÇÃO: A CGJ ESTEVE COM O JUIZ AGRARIO DE MARABA E ELE ESTAVA ENCONTRANDO DIFICULDADES NOS PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO DE MATRÍCULAS BLOQUEADAS E CANCELADAS PORQUE EM ALGUM MOMENTO CHEGOU AO CONHECIMENTO DELE QUE O INCRA NÃO ESTARIA REFAZENDO O TÍTULO COM O GEORREFERENCIAMENTO POR ENTENDER QUE AQUELAS MATRÍCULAS ESTAVAM CANCELADAS E BLOQUEADAS E, PORTANTO, NÃO EXISTIAM. SE ELAS NÃO EXISTIAM, NÃO HAVIA INTERESSE EM EXPEDIR NOVO TÍTULO. ENTÃO, FOI OFICIADO AO INCRA DE MARABA PARA OBTER ESCLARECIMENTO, JÁ QUE O OBJETIVO É REQUALIFICAR A MATRÍCULA E UM DOS ITENS DO PROVIMENTO É A APRESENTAÇÃO DO TÍTULO ATUALIZADO, GEORREFERENCIADO, COMO FARIA? PORQUE ISSO FRUSTRARIA TODO NOSSO ARCABUÇO JURÍDICO DE REQUALIFICAÇÃO. ENTÃO, O INCRA MANDOU UM DESPACHO ESCLARECENDO COMO FAZ ESSA PARTE DA REQUALIFICAÇÃO (CERTIFICOU-SE QUE FOI ENTREGUE A TODOS). DENTRO DO SISTEMA, NÃO PODE COLOCAR MATRÍCULA BLOQUEADA E CANCELADAS, MAS SIM MATRÍCULA INEXISTENTE. SENDO INEXISTENTE, ELES SÃO CAPAZES DE REFAZER O TÍTULO COM TODOS OS REQUISITOS (DESTACAMENTO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, GEORREFERENCIAMENTO). JÁ FOI DADO CONHECIMENTO DO DESPACHO A TODOS OS JUIZES AGRARIOS E AGORA ESTA DANDO CONHECIMENTO AO GRUPO DE GOVERNANÇA PARA DEBATE.

MOEMA BELLUZZO – ANOREG - ESTÃO TENDO RECLAMAÇÕES DE DIFERENÇA DE TRATAMENTO PELO INCRA. NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA POR EX, ALGUNS ESTAVAM CONSEGUINDO FAZER A REQUALIFICAÇÃO, CONSEGUINDO A DOCUMENTAÇÃO DA MATRÍCULA CANCELADA MEDIANTE DA APRESENTAÇÃO DE UM REQUERIMENTO COM JUSTIFICATIVA QUE A MATRÍCULA ESTAVA EM PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO. JÁ O INCRA DA REGIONAL DE SANTAREM SE NEGA A FAZER A CERTIFICAÇÃO. ENTÃO, ESTÁ TUDO TRAVADO NAQUELA REGIÃO. PERGUNTA, A PARTIR DESSE DESPACHO, SE É OUTRO PROCEDIMENTO QUE DEVE SER FEITO, PORQUE OS CARTÓRIOS ESTAVAM ORIENTANDO A ENTRAR COM O REQUERIMENTO INFORMANDO QUE A MATRÍCULA ESTAVA EM PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO. AGORA, ENTÃO, O PROCEDIMENTO QUE DEVE SER ORIENTADO É ESTE CONSTANTE DO DESPACHO?

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – ESSE É DA SUPERINTENDÊNCIA DE MARABÁ

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – REALMENTE, ESTÁ TENDO MUITA DIVERGÊNCIA E SÓ A REGIÃO DE SANTANA DO ARAGUAIA ESTÁ CONSEGUINDO REQUALIFICAR. SANTARÉM NÃO CONSEGUE NADA.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – SANTANA DO ARAGUAIA É SUBORDINADA A SUPERINTENDÊNCIA DE MARABÁ, ENTÃO TEM QUE ADOTAR O PROCEDIMENTO DELES. ENTÃO FICA COMO ENCAMINHAMENTO QUE DEVE SER SOLICITADA INFORMAÇÃO PARA AS REGIONAIS DO INCRA (SANTAREM, MARABA E BELEM), ENCAMINHANDO O DESPACHO DO INCRA/MARABÁ PARA QUE AS REGIONAIS ENTREM NUM CONSENSO,

OU, PELO MENOS, QUE ESTABELEÇAM AS REGRAS DE CADA REGIONAL SOBRE COMO PROCEDER A NOVA CERTIFICAÇÃO.

MOEMA BELLUZZO – ANOREG – TEM VÁRIOS QUE ESTÃO PARADOS APENAS POR CAUSA DISSO, POSSUINDO TODO O RESTANTE DA DOCUMENTAÇÃO.

LÚCIO GUERREIRO – CGJ – VAMOS EXPEDIR OFÍCIO PARA TODAS AS REGIONAIS, JÁ QUE, SENDO ÓRGÃO FEDERAL, NÃO PODE TER REGRAS DIFERENTES PARA CADA UMA

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – FICA PREOCUPADO A PARTIR DA LEITURA DO DESPACHO DO INCRA APRESENTADO, PORQUE ESSE DEBATE FOI FEITO HÁ CERCA DE UMA DÉCADA, QUANDO SE COMEÇOU A NOVA MODALIDADE SIGEF. ISTO É, ANTIGAMENTE ERA TUDO MANUAL, OU QUASE TUDO. A CHECAGEM ERA FEITA “QUASE TEXTUALMENTE” PELOS TÉCNICOS DO INCRA. QUANDO, HÁ MAIS DE UMA DÉCADA, O PROCEDIMENTO PASSOU A SER POR AMOSTRAGEM E DIANTA DA DECISÃO DO ESTADO DO PARÁ SOBRE BLOQUEIO E, POSTERIORMENTE, DO CNJ SOBRE CANCELAMENTO, NOS, DA FETAGRI, FIZEMOS UM EXPEDIENTE PARA O INCRA PARÁ ALERTANDO SOBRE MILHARES DE MATRÍCULAS QUE ESTAVAM SOB ANÁLISE QUE ESTAVAM CANCELADAS PELO CNJ. PORTANTO, PERGUNTOU QUAL O PAPEL DO CERTIFICADOR E A RESPOSTA DO INCRA FOI QUE IRIAM CONSULTAR BRASÍLIA. A RESPOSTA DE BRASÍLIA, À ÉPOCA, FOI QUE NÃO CABE AO INCRA DIZER SE A MATRÍCULA É VÁLIDA OU NÃO, QUE ISSO É RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO CARTÓRIO, DEPOIS DE TODO O PROCEDIMENTO COM, SE FOR O CASO, SUPERVISÃO DO JUIZ AGRÁRIO E DA PRÓPRIA DA CORREGEDORIA. SUGERE, EM COMPLEMENTO AO ENCAMINHAMENTO DETERMINADO, QUE SEJA COPIADO O INCRA BRASÍLIA PORQUE ESTÁ SE ALTERANDO A POSSIBILIDADE DE INSERIR, DENTRO DO SIGEF, DOCUMENTOS QUE, POR ENQUANTO, CONTINUAM BLOQUEADOS OU CANCELADOS QUE SÓ VOLTARÃO A SER “VÁLIDOS” DEPOIS DO DESBLOQUEIO E REQUALIFICAÇÃO. PORTANTO, É UMA SITUAÇÃO MEIO MELINDROSA. ESTÁ DE ACÓRDO COM O ENCAMINHAMENTO DADO, MAS NÃO SE LIMITARIA EM COLOCAR NA ATENÇÃO DOS TRÊS INCRAS DO PARÁ, JÁ QUE, COMO A ORDEM VEIO DE BRASÍLIA, VALERIA A PENA INCLUIR CÓPIA PARA O INCRA BRASÍLIA PARA QUE SE TENHA UMA DECISÃO DE CARÁTER NACIONAL E NÃO APENAS DAS SUPERINTENDÊNCIAS DO ESTADO DO PARÁ.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – VAMOS OFICIAR BRASÍLIA TAMBÉM, PARA PEGAR INFORMAÇÕES.

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – PERFEITO, PORQUE VIRARIA UMA POLÍTICA NACIONAL, NÃO APENAS UMA POLÍTICA ESTADUAL DAS TRÊS SUPERINTENDÊNCIAS QUE, INCLUSIVE, NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA DECIDIR EM CASOS COMO ESSE. SENDO QUE HOJE, A AGU/INCRA ESTÁ CENTRALIZADA NÃO MAIS DESCENTRALIZADA COMO ERA HÁ ALGUNS ANOS.

MARCOS SOLANO – FAEPA – É PREOCUPANTE ESSE ASPECTO. DE CERTA FORMA, ESSE ASSUNTO JÁ FOI TRATADO NA OUVIDORIA



AGRARIA. APRESENTA A PERGUNTA: HÁ QUANTO TEMPO ALGUÉM DO INCRA NÃO PARTICIPA DOS DEBATES NESSE GRUPO? APESAR DE ESTAR COMPONDO-O. O PROBLEMA JÁ COMEÇA AÍ, O INCRA NÃO PARTICIPA. E OS MAIORES PROBLEMAS QUE NOS TEMOS NESTA REGIÃO, QUE A PROFESSORA ACABOU DE FALAR SOBRE MEDICILANDIA, QUE NADA MAIS É TRANSAMAZONICA E TODO MUNDO SABE A HISTÓRIA, DA ORIGEM DA COLONIZAÇÃO, QUEM FEZ, O QUE MANDOU E ONDE ESTÁ. A REGRA ERA OUTRA, MAS AS REGRAS FORAM MUDANDO. NOS ESTAMOS COM UM PROBLEMA – QUE JÁ FOI RELATADO NA COMISSÃO DE GRILAGEM QUE, ESTÁ TERMINANDO O PRAZO DE 30 DIAS PARA AS PESSOAS QUE ESTÃO COM PROPRIEDADE BLOQUEADA REFERENTE A (INAUDIVEL) NOVO PROGRESSO. A GENTE PRECISA TER ACESSO A ESSAS INSTITUIÇÕES. ESSAS PESSOAS QUE OS REPRESENTAM TÊM QUE ESTAR PRESENTES. ELAS NÃO PARTICIPAM. CONCORDA COM O PROF TRECCANI SOBRE A EXPEDIÇÃO DE OFICIO A BRASÍLIA PORQUE OS REPRESENTANTES REGIONAIS NÃO TÊM AUTONOMIA. SUGERE, QUANDO FOR POSSÍVEL, FAZER UMA REUNIÃO REGIONALIZADA NÃO APENAS PARA AS INSTITUIÇÕES, MAS PARA AS PESSOAS QUE VIVEM Nesses LUGARES TEREM A OPORTUNIDADE DE FALAR DE SEUS TRAUMAS E SEUS DRAMAS, VISTO QUE AS PESSOAS QUE ESTÃO ALI HÁ DÉCADAS NÃO CONSEGUEM REGULARIZAR SEUS IMÓVEIS E VIVEM NUMA INCERTEZA

DES JOSE ROBERTO - CGJ – ENTENDEU QUE SERIA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM ALGUNS MUNICÍPIOS CHAVE

(IDENTIFICADA A CHEGADA DO REPRESENTANTE DO ITERPA ÀS 9H40)

MARCOS SOLANO – FAEPA – SERIA INTERESSANTE, ESPECIALMENTE NA REGIÃO DA TRANSAMAZONICA PORQUE A SITUAÇÃO ESTÁ MUITO COMPLICADA. E SAIU, RECENTEMENTE, UM DECRETO DA PRESIDÊNCIA SOBRE ESSA QUESTÃO. ENTÃO TEM ALGUMAS SITUAÇÕES OCORRENDO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA QUE PRECISAM SER OUVIDAS ESSAS PESSOAS.

DES JOSE ROBERTO - CGJ – QUAIS SERIAM OS MUNICÍPIOS?

MARCOS SOLANO – FAEPA – ALTAMIRA E MARABÁ

DES JOSE ROBERTO - CGJ – VAMOS AVALIAR A POSSIBILIDADE

LUCIO GUERREIRO – CGJ – DESEMBARGADOR ESTÁ ORIENTANDO QUE, ALEM DE EXPEDIR OFICIO AO INCRA BRASÍLIA, VAMOS OFICIAR SOLICITANDO AUXÍLIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PORQUE ELE É O GRANDE PROVOCADOR DESSAS SITUAÇÕES. ENTÃO O CNJ, JUNTO COM O INCRA BRASÍLIA POSSAM NOS AJUDAR NESSE DIRECIONAMENTO.

DES JOSE ROBERTO - CGJ – JÁ HOUVE OPORTUNIDADE EM QUE FOI REPORTADA, AO CNJ, A DIFICULDADE QUE SE ENCONTRA EM RELAÇÃO A UMA PARCELA DO INCRA AQUI NO ESTADO. EM RELAÇÃO AO INCRA BELEM, A DRA CAROLINA VINHA FREQUENTEMENTE ÀS

REUNIÕES, MAS DEPOIS DAS DUAS ULTIMAS NÃO VEIO MAIS, MAS OS REPRESENTANTES DO INCRA DE SANTAREM E MARABA NUNCA COMPARECERAM, EMBORA SEMPRE TENHAM SIDO CHAMADOS A SE FAZER REPRESENTAR, INCLUSIVE POR TELECONFERENCIA. NÓS JÁ REPORTAMOS ESSA DIFICULDADE AO CNJ, INCLUSIVE O MINISTRO CORREGEDOR SABE DISSO, QUE AQUI SÃO TRES SUPERINTENDENCIAS, TODAS AUTONOMAS, UMA NÃO SE REPORTA A OUTRA E É O ÚNICO ESTADO QUE TEM ISSO. COMO FALA A PROF ANA LUIZA, DOS SETE PROBLEMAS IDENTIFICADOS RELATIVOS À REFORMA AGRÁRIA, O PARÁ TEM SEIS. O SETIMO É ESSE, A FALTA DE PARTICIPAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO INCRA, ELES NÃO SÃO ABERTOS AO DIALOGO. A AUDIENCIA PUBLICA SERIA INTERESSANTE, VAI SE DIGIRIR AO CNJ PARA VER SE ALGUEM DE LÁ PODE PARTICIPAR CONOSCO

MARCOS SOLANO – FAEPA – AGRADECE A ATENÇÃO, TODOS SOMOS TESTEMUNHAS DO SEU ESFORÇO, DO PODER JUDICIÁRIO, TAMBEM DA OUVIDORIA AGRARIA, DE TENTAR PACIFICAR ESSA SITUAÇÃO. ESSE É O PONTO CENTRAL DO PROBLEMA: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, O RESTO É CONSEQUENCIA. JUSTAMENTE SÃO AS PESSOAS QUE FORAM E QUE ESTÃO MAIS ABANDONADAS NO NOSSO PAÍS, EM ESPECIAL, NA REGIÃO NORTE. ESTÁ FALANDO DE DÉCADAS. AI SE MOSTRA A VANGUARDA DO TRABALHO DO PODER JUDICIÁRIO, DA RESPONSABILIDADE QUE OS SENHORES TÊM. MAS É FUNDAMENTAL, TAMBEM, DESCER UM POUQUINHO E IR LA NA FONTE, OUVIR A ANGUSTIA DAQUELAS PESSOAS, ELAS CONTAREM O QUE JÁ OUVI, QUE É DANTESCO E, NA MAIORIA, SÃO PEQUENOS PRODUTORES. TAMBEM RESSALTA O ESFORÇO DA ANOREG. INCLUSIVE HÁ TÍTULOS EXPEDIDOS HÁ DÉCADAS, QUE NÃO SÃO RECONHECIDOS.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – PERGUNTOU AO REPRESENTANTE DO ITERPA SOBRE O CUMPRIMENTO DO ITEM 4, SOBRE OS 44 MUNICÍPIOS QUE JÁ TEM ÁREA PATRIMONIAL DEFINIDA.

GABRIEL NATARIO – ITERPA – REITERARAM OS OFÍCIOS ENCAMINHADOS NA ULTIMA REUNIÃO, CONFORME DELIBERAÇÃO. ENCAMINHARAM AO EMAIL DA CORREGEDORIA, PARA CONHECIMENTO. AGORA, ALÉM DO LEVANTAMENTO DESSAS ÁREAS PATRIMONIAIS, ESTÃO ORGANIZANDO A BASE PARA DISPONIBILIZAÇÃO. ENTÃO, NA PRÓXIMA REUNIÃO, PROVAVELMENTE JÁ TERÃO OS DADOS ESTRATIFICADOS E JÁ PODERÃO FAZER O COMPARTILHAMENTO EM RELAÇÃO ÀS GLEBAS QUE JÁ FORAM IDENTIFICADAS NESSES MUNICÍPIOS. PODERÃO ENCAMINHAR O ARQUIVO PARA A CGJ TER CONHECIMENTO E TER DE POSSE ESSA INFORMAÇÃO. ACHA IMPORTANTE O COMPARTILHAMENTO PARA QUE ESTEJAM TODOS NA MESMA BASE.

LUCIO GUERREIRO – CGJ – AS GLEBAS JÁ ESTARÃO TODAS NO SICARF?

GABRIEL NATARIO – ITERPA – NA ULTIMA REUNIÃO, NÓS INFORMAMOS QUE ESTAVAM NUM PROCESSO DE ORDENAMENTO DA BASE FUNDIÁRIA EM RELAÇÃO AOS MUNICÍPIOS. JÁ CONSEGUIRAM

ALCANÇAR BOM QUANTITATIVO NA ORGANIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DESSES LOTES, DEPOIS DE UMA PARCERIA MANTIDA COM O INCRA E ESTÃO TRABALHANDO NUM PERCENTUAL MAIS PRECISO DE TERRAS DEVOLUTAS E ÁREAS ESTADUAIS ARRECADADAS. HOJE, O SICARF TAMBÉM JÁ DISPONIBILIZA FERRAMENTA DE DISPONIBILIZAÇÃO DE GLEBAS DO ESTADO DO PARÁ. JÁ POSSUEM DADOS QUANTIFICADOS DE TERRAS DEVOLUTAS, ÁREAS ARRECADADAS E ÁREAS FEDERAIS. CONSEGUIRAM TIRAR UMA BOA PARCELA DE SOBREPOSIÇÃO E IRÃO DISPONIBILIZAR AS INFORMAÇÕES NO SITE DO ITERPA PARA CONSULTA PÚBLICA E DOWNLOAD, COMO JÁ VEM ACONTECENDO NORMALMENTE EM RELAÇÃO A TÍTULOS COLETIVOS E ÁREAS PATRIMONIAIS

LUCIO GUERREIRO – CGJ – AGRADECEU E ESTÁ NO AGUARDO DA FINALIZAÇÃO DO TRABALHO

GIROLAMO TRECCANI – FETAGRI/UFPA – COMO FOI FALADO DO SICARF, ACHA QUE VALERIA A PENA MENCIONAR QUE, SEMANA PASSADA, FOI REALIZADA REUNIÃO EM RIO BRANCO COM OS ÓRGÃOS DE TERRA E O MRA/INCRA E O SICARF FOI ESCOLHIDO COMO SISTEMA QUE SERÁ UTILIZADO NO BRASIL INTEIRO, PORTANTO ACHA QUE O ESFORÇO DO ITERPA EM ELABORAR UM SISTEMA QUE POSSA ATENDER AS NOSSAS NECESSIDADES PRECISA SER RECONHECIDO E LOUVADO. SABE QUE QUANDO GANHA UMA DIMENSÃO DIFERENTE SERÃO NECESSÁRIOS AJUSTES TECNOLÓGICOS NECESSÁRIOS, MAS ISSO NÃO RETIRA A PRIMAZIA DO ESTADO DO PARÁ E DO NOSSO ÓRGÃO DE TERRAS NESTA EMPREITADA MUITO IMPORTANTE DE CONSEGUIR TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES E AO MESMO TEMPO PERMITIR QUE TODOS SE BENEFICIEM DO TRABALHO QUE O NOSSO ESTADO DESENVOLVEU. ACHA IMPORTANTE CONSIGNAR EM ATA O LOUVOR AO NOSSO ÓRGÃO DE TERRAS.

(IDENTIFICADA A CHEGADA DOS REPRESENTANTES DO SPU, MARCOS SOUZA E JOSÉ ODILON, ÀS 9H54)

LUCIO GUERREIRO – CGJ – COM A CHEGADA DOS REPRESENTANTES DA SPU, VOLTAMOS AO ITEM 6.

MARCOS SOUZA – SPU – DE INICIO, ESTAO INCLUINDO ESSE LEVANTAMENTO, PORQUE EXISTEM ALGUNS IMPASSES NAS AUTORIZAÇÕES DE OBRA, POR CONTA DA MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DESSE INSTRUMENTO, UMA VEZ QUE AGORA, PARA FACILITAR E DESBUROCRATIZAR, NÓS ESTAMOS OPTANDO EM CONVERTÊ-LA EM CESSÃO DA ÁREA QUANDO NÃO FOR PARA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA USO COMUM DO POVO. EXEMPLO: CHEGAVAM PEDIDOS DE AUTORIZAÇÃO DE OBRA EM ORLA, PARA FAZER MERCADO QUE TERIA FINALIDADE ECONÔMICA. AÍ PERDE A CARACTERÍSTICA DE OBRA, PORQUE SERIA A CONSTRUÇÃO DE ORLA, CALÇADÃO, ALGO QUE FICASSE 100% ABERTO AO USO DO POVO. ASSIM, VISANDO DESBUROCRATIZAR E ACELERAR A ENTREGA DEFINITIVA, ESTÃO CONVERTENDO ALGUMAS AUTORIZAÇÕES DE OBRAS. DE CARACTERIZAÇÕES, NÓS JÁ TEMOS, DE CDR TAMBÉM, MAS POR CONTA DESSA SEPARAÇÃO, ACREDITO

QUE NA PRÓXIMA REUNIÃO A GENTE JÁ DEVE TER RESPONDIDO. NÃO VAMOS TRAZER NA REUNIÃO, MAS ANTES VAMOS RESPONDER AO OFICIO 151/2024-CGJ COM ESSAS INFORMAÇÕES.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - VAMOS AGUARDAR A RESPOSTA E APRESENTAR AS INFORMAÇÕES NA PRÓXIMA REUNIAO. MAIS UMA DÚVIDA: NO ITEM 2 DA PAUTA, SOBRE A EMISSÃO DE TITULOS QUILOMBOLAS, PERGUNTOU SOBRE TÍTULOS DESSA NATUREZA EMITIDOS PELA SPU

MARCOS SOUZA - SPU - A SPU, NO CASO DE TITULAÇÃO QUILOMBOLA, TRANSFERE AO INCRA E O INCRA TITULA. FOI REALIZADA UMA MESA QUILOMBOLA EM SANTAREM E FORAM INDENTIFICADAS 3 PENDENTES APENAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PELA SPU E ACREDITA QUE JÁ ESTEJA EM FASE DE FINALIZAÇÃO. O QUE ESTÃO PRECISANDO É UMA APROXIMAÇÃO COM OS DEMAIS INCRAS, PARA TRAZER COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES PARA PRIORIZAR, PORQUE ESTABELECEM, NA SPU, UM PONTO FOCAL ESPECÍFICO PARA TRATAR DE INCRA, RESOLVER A QUESTÃO DE TRANSFERÊNCIA DESSAS ÁREAS

LUCIO GUERREIRO - CGJ - NÓS FALÁVAMOS SOBRE ISSO ANTES DE O SENHOR CHEGAR, SOBRE A DIFICULDADE DE INTERLOCUÇÃO COM O ÓRGÃO FEDERAL INCRA

MARCOS SOUZA - SPU - PARA ESCLARECER, A SPU TEM UM BOM DIÁLOGO, MAS PRECISA TER MAIS REUNIÕES PARA TRATAR SOBRE O TEMA.

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI/UFPA - PELO QUE SABE, NÃO POSSUI NENHUM TÍTULO EMITIDO PELO SPU, CONCORDANDO COM A FALA DO REP DA SPU. TODAS AS ÁREAS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO, ONDE HAJA COMPETENCIA DA SPU, O DECRETO E A INSTRUÇÃO NORMATIVA FAZEM COM QUE SEJA POSSÍVEL O TRABALHO POR PARTE DO INCRA, EVIDENTEMENTE, COM AUXILIO DA SPU. NO CASO, MARABA NÃO TEM NENHUM TITULO AINDA, POR ISSO O INTERLOCUTOR SERIA O INCRA BELEM E O INCRA SANTAREM. EXISTE UM PROCESSO EM MARABÁ QUE ENTROU AGORA, MÊS PASSADO. O QUE ESTÁ SENTINDO FALTA É A DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, POIS ELA POSSUI UM TITULO EMITIDO HÁ MAIS DE 20 ANOS EM OBIDOS. PORTANTO, ACHA QUE VALERIA A PENA UM CONTATO FORMAL COM ELA. HOJE ELA NÃO TEM MAIS ESSA COMPETENCIA DE TITULAR, MAS TEVE DE 2001 A 2003. NO CASO DO PARÁ, EXISTE UM TÍTULO QUE NÃO TEVE NENHUM TIPO DE CONTESTAÇÃO, AO CONTRARIO DOS TITULO EMITIDOS PELA FUNÇÃO FORA DO PARÁ E AMAPÁ.

LUCIO GUERREIRO - CGJ - ESSE TITULO NÃO ESTÁ NO LEVANTAMENTO APRESENTADO PELA CLÍNICA?

GIROLAMO TRECCANI - FETAGRI/UFPA - SIM, APRESENTARAM, MESMO SEM SABER SE EXISTE O TÍTULO IMOBILIÁRIO DESTE TERRITÓRIO. HOJE, NA NORMA DO INCRA, A FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES SÓ TEM ATRIBUIÇÃO DE EMITIR O CERTIFICADO SE

AQUELA COMUNIDADE SE AUTORECONHECEU COMO QUILOMBOLA, NÃO É UM LAUDO, OU ALGO PARECIDO, MAS NÃO TEM MAIS COMPETENCIA PARA TITULAR.

LUCIO GUERREIRO - CGJ- VAMOS MANTER O CONTATO COMA FUNDAÇÃO PALMARES

JOSE ODILON - SPU - COMPLEMENTA A FALA DA SPU, SOBRE A EM RELAÇÃO AOS TERRITORIOS QUILOMBOLAS, O ÓRGÃO RECEBE A PROVOCAÇÃO DO INCRA PARA QUE PROCEDA A TRANSFERENCIA DE GESTÃO PARA O INSTITUTO. RECENTEMENTE, FINALIZOU O PROCESSO DO TERRITORIO QUILOMBOLA DE GURUPÁ, ESTÁ EM TRAMITAÇÃO, NA SPU, O PROCESSO DO TERRITORIO QUILOMBOLA CACAU E OVOS, EM COLARES. EXISTEM TRÊS TERRITORIOS QUILOMBOLAS NA REGIÃO DE SANTAREM: SACUPEMA, ARAPEMÃ E NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS. ESTÃO TRABALHANDO NESSA INICIATIVA

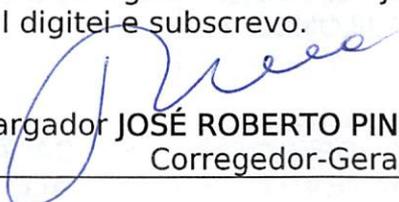
LUCIO GUERREIRO - CGJ - PASSOU A PALAVRA AOS PRESENTES, PARA O ITEM 9 - O QUE OCORRER.

A REUNIÃO ENCERROU-SE ÀS 10h05.

APROVADA, PELOS PRESENTES, A ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO.

A GRAVAÇÃO DESTA REUNIÃO ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO LINK:
<https://webcast.verseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/watch/?v=b2a96d912b0b5e8d6e74&l=480&a=390>

TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	RESPONSÁVEL	PRAZO FINAL
1. LEVANTAMENTO JUNTO AOS CARTÓRIOS, A PARTIR DE OFICIO EXPEDIDO NA DATA DESTA REUNIÃO, DE TITULOS QUILOMBOLAS E APRESENTAR RESPOSTA AO GRUPO.	CRI	PROXIMA REUNIAO
2. ENCAMINHAMENTO, PELO INSTITUTO VALE, DA ANÁLISE DO TERMO DE COOPERAÇÃO TECNICA, PARA ENCAMINHAMENTO A ANOREG	FUNDAÇÃO VALE	PROXIMA REUNIAO
3. OFICIAR ÀS SUPERINTENDENCIAS REGIONAIS DO INCRA EM BELEM, MARABA E SANTAREM, ENCAMINHANDO DESPACHO APRESENTADO NA REUNIÃO SOBRE O PROCEDIMENTO DE MATRÍCULA CANCELADA ADOTADO PELO INCRA MARABA, PARA UNIFORMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO OU INDICAÇÃO CLARA DOS REQUISITOS ADOTADOS POR CADA REGIONAL	CGJ	5 DIAS
4. EM ATENÇÃO À DELIBERAÇÃO DO ITEM ANTERIOR, ENCAMINHAR O OFICIO EXPEDIDO AS SUPERINTENDENCIAS DO	CGJ	5 DIAS

INCRA NO ESTADO DO PARÁ À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL EM BRASÍLIA, PARA CONHECIMENTO DA PROBLEMÁTICA E ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABIVEIS		
5. ENCAMINHAR À CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA OS OFÍCIOS ENCAMINHADOS AO INCRA PARA CONHECIMENTO E INTERLOCUÇÃO COM O ÓRGÃO, A NÍVEL FEDERAL	CGJ	5 DIAS
6. ENVIO DE INFORMAÇÃO SOBRE A ÁREA PATRIMONIAL DOS 44 MUNICÍPIOS	ITERPA	PROXIMA REUNIAO
7. APRESENTAR RESPOSTA AO OFÍCIO 151/2024-CGJ	SPU	PROXIMA REUNIAO
8. EXPEDIR OFÍCIO A FUNDAÇÃO PALMARES, SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULO QUILOMBOLA EMITIDO NO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, INCLUSIVE SOBRE O RESPECTIVO REGISTRO IMOBILIÁRIO	CGJ	5 DIAS
9. EXPEDIR OFÍCIO AO CARTÓRIO DE OBIDOS SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE REGISTRO DE TÍTULO QUILOMBOLA EXPEDIDO PELA FUNDAÇÃO PALMARES	CGJ	5 DIAS
PROXIMAS REUNIÕES		
Data: 27.05.2024	INÍCIO: 9H	FIM: 10H30
		LOCAL: SALA MULTIUSO DO ANEXO 1 – TJPA
<p>Nestes termos, nada mais havendo, foi lavrada a presente ata a qual, após lida, foi assinada pelo Corregedor-Geral de Justiça. Eu, <u>Paola</u> Paola Watrin Pimenta Menescal digitei e subscrevo.</p> <p style="text-align: center;">  Desembargador JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Corregedor-Geral de Justiça </p>		